

MEIO SÁTIRA, MEIO UTOPIA: UMA HISTÓRIA DO BRASIL DE BRINQUEDO

Ana Cláudia Romano RIBEIRO
Universidade Vale do Rio Verde
anaclaudiarr@hotmail.com

Resumo: Uma “História do Brasil de brinquedo”, “meio sátira, meio utopia”: é esta a definição de Alexandre Eulálio para as *Páginas da História do Brasil escrita no ano de 2000*, de Joaquim Felício dos Santos, publicadas em forma de folhetim, de 1868 a 1872, nas páginas do jornal republicano por ele fundado – *O Jequitinhonha*, de Diamantina. A idéia não era nova. Em 1862, um ano antes de ser eleito Deputado Geral pelo Sexto Distrito de Minas Gerais, pelo Partido Liberal, o próprio Joaquim Felício dos Santos havia publicado, no mesmo jornal, o episódio inaugural dessa história, sob o título de *A História do Brasil escrita pelo Dr. Jeremias no ano de 2862*. Nele, estão alguns dos principais elementos das páginas que serão escritas entre 1868 e 1872. Centraremos, por isso, a presente comunicação, numa breve apresentação desse episódio inaugural, desdobrando e aprofundando a definição de Eulálio, identificando alguns elementos que fazem desse texto em parte uma utopia, em parte uma sátira.

Palavras-chave: Sátira; utopia; viagem imaginária; Joaquim Felício dos Santos; História do Brasil.

Uma “História do Brasil de brinquedo”, “meio sátira, meio utopia”: é esta a definição, a meu ver muito justa, de Alexandre Eulálio, para as *Páginas da História do Brasil escrita no ano de 2000*¹, de Joaquim Felício dos Santos, leitor de Morus e Campanella, autor de *Memórias do distrito diamantino* e de um projeto de Código Civil (seus escritos mais conhecidos).

Publicada em forma de folhetim, de 1868 a 1872, nas páginas do jornal republicano por ele fundado – *O Jequitinhonha*, de Diamantina – esta saborosa narrativa nasce como reação ferina ao polêmico episódio da queda do Gabinete Zacarias, apesar da maioria liberal que compunha a Câmara, episódio que os adversários de Pedro II viam como um golpe de Estado. As *Páginas* se concretizaram na forma de sátira política, alvejando todo o sistema monárquico e sua ala mais “conservadora”.

A idéia não era nova. Em 1862, um ano antes de ser eleito Deputado Geral pelo Sexto Distrito de Minas Gerais, pelo Partido Liberal, o próprio Joaquim Felício dos Santos havia publicado, no mesmo jornal, o episódio inaugural dessa história, sob o título de *A História do Brasil escrita pelo Dr. Jeremias no ano de 2862*. O narrador em primeira pessoa é também o protagonista, que chega a uma cidade brasileira do futuro e, no dia seguinte, compra um livro de História do Brasil, do qual ele transcreverá um dos menores e mais insignificantes capítulos: aquele dedicado ao Segundo Reinado.

Esse episódio só foi retomado seis anos depois, mas sem a mesma localização temporal. A partir de 1868 a história é retomada *in media res*, como se abrissemos novamente o livro de *História do Brasil* e retomássemos a leitura a partir da descrição dos acontecimentos de 1864. É como se o autor tivesse “se esquecido” de ter datado o primeiro episódio de 2862.

Isolada no tempo, *A História do Brasil escrita pelo Dr. Jeremias no ano de 2862* não é, por isso, menos importante. Ao contrário. Nele, estão alguns dos principais elementos das páginas

¹ As *Páginas da História do Brasil escrita no ano de 2000*, de Joaquim Felício dos Santos, são nosso atual objeto de pesquisa, cujo resultado final será sua publicação em livro, em versão integral, precedida de um estudo.

que serão escritas entre 1868 e 1872. Centraremos, por isso, a presente comunicação, numa breve apresentação desse episódio inaugural, desdobrando e aprofundando a definição de Eulálio, identificando alguns elementos que fazem dele em parte uma utopia, em parte uma sátira. Perceberemos que seu autor é um utopista, não na vulgar e simplista acepção que associa utopia a quimera, mas numa acepção mais precisa, que assimila pensamento utópico a um intenso envolvimento com a vida social em todas as suas instâncias, manifestado, aqui, em forma satírica.

O narrador é um cidadão (possivelmente um viajante) que chega, “pelo caminho de ferro” (p. 111²) a São Francisco, cidade secundária da república dos Estados Unidos Brasileiros, edificada “sobre as rochas graníticas por cima das quais quebrava-se outrora a célebre cachoeira denominada Paulo Afonso” (p. 111). Essa cachoeira não mais existe:

Para facilitar a navegação a eletricidade – a navegação a vapor há muitos séculos que foi abandonada por sua morosidade – deu-se ao rio um outro leito, e, ficando a cachoeira a seco, entulharam-se os seus pegos e profundos abismos para formar-se o assento da cidade (p. 111).

O *narrador viajante*, que descreve um mundo novo para o leitor, e uma *natureza modelada pelo homem* – ou *antinaturismo*: esses dois elementos (e temas) da narrativa estão presentes nas utopias – entendidas aqui numa acepção estrita, de gênero literário.

As utopias se caracterizam pela presença de um *protagonista-viajante-narrador* que dá a conhecer a sociedade outra por meio de um relato testemunhal. Conforme Firpo,

o ter estado em carne e osso nesse lugar inexistente, ou melhor, o contar ter estado, fornece a resposta factual, concreta, a qualquer objeção possível. Se apresento um projeto audacioso, perturbador, de nova sociedade, sou exposto a todas as críticas daqueles que podem me dizer: - Não pode funcionar, é impossível, você disse um absurdo, os homens não aceitarão nunca um regime deste gênero - ; se, ao invés, relato que estive lá, que vivi por meses ou anos, e que tudo funcionava à perfeição, terei superado *a priori* todas as possíveis objeções de não factibilidade através do testemunho (naturalmente imaginário, mas isto não conta) de uma atuação efetiva, de uma concreta realidade da qual eu experimentei a eficácia e a funcionalidade dia após dia. (2005, p. 232).

O protagonista-viajante-narrador tem uma função de mediador entre dois mundos (cf. MINERVA, 1995) e, conforme Lévy-Strauss (1983), se caracteriza por um duplo movimento de *dépaysement* e assimilação no contato com a alteridade. Para Fortunati (1992), o viajante é um indivíduo em fuga da sociedade à qual pertence e sua tarefa é colocar em comunicação a realidade histórica com a realidade utópica. Imbroscio (1986) e Benrekassa (1980) notaram que há algo de paradoxal no fato de que a utopia só é perfeita quando confrontada às imperfeições da realidade histórica.

A História do Brasil *escrita pelo Dr. Jeremias no ano de 2862 viagem* é, portanto, um relato de uma viagem no tempo e no espaço. Ela se filia à tradição das viagens imaginárias, que remonta à *Odisséia*, e ao tipo de fantasia desenfreada de *Das narrativas verdadeiras*, de Luciano de Samósata (que inspiraram *L'Autre Monde*, 1657, de Cyrano de Bergerac, e as *Viagens de Gulliver*, 1726, de Jonathan Swift). Daí derivará toda uma tradição de viagens extraordinárias inventadas dadas por verídicas, que proliferarão a partir de 1675 e terão muitos aspectos satíricos e utópicos.

² Todos os números de páginas referem-se às *Páginas da História do Brasil escrita no ano de 2000*, de Joaquim Felício dos Santos, reproduzidas parcialmente na *Revista do Livro*, em 1957, e organizadas por Alexandre Eulálio, autor do artigo que as precede, “As páginas do ano 2000”, republicado em 1993.

A utopia é *antinaturalista*: “o utopista, totalitário, quer substituir a natureza inteira pelo artifício racional” (RUYER, 1950, p. 46). O utopiano domina a natureza, aplaina montanhas (como em *A Terra Austral conhecida*, de Gabriel de Foigny), muda o curso dos rios e transporta florestas a locais mais adequados (na *Utopia*, de Tomás Morus), faz pão sem trigo (na *Nova Atlântida*, de Francis Bacon), cria línguas artificiais e rígidas, “racionais”, tidas por expressarem sem ambigüidade o que representam. O domínio sobre a natureza expresso na *Utopia* está intrinsecamente relacionado à sua dessacralização, operada pelo conhecimento da natureza como fenômeno e não como obra divina, tão característica do capitalismo da era moderna.

Voltemos ao texto de Felício dos Santos. O narrador dirige-se à casa dos livreiros Dracon, Braga & Cia., e lá adquire um livro: a *História do Brasil*, de autoria do Dr. Jeremias, composta por

162 grossos volumes in-folio, impressos em tipos finos, sem margens, sem folhas ou espaços em branco, a fim de economizar o material e não suceder como faziam os editores da antiguidade que vendiam mais papel limpo do que livros. Os editores da obra de que falo são homens de consciência.

Enquanto afirma ser essa a mais atual e melhor obra publicada a respeito da história do Brasil, o narrador descreve o velocíssimo processo de publicação: “O autógrafo foi à tipografia esta manhã e já se acha composto, impresso, encadernado e publicado. É, portanto, a história mais moderna que existe publicada até o presente” (p. 111).

O autor deste “trabalho monumental”, o Dr. Jeremias,

gastou dois meses e quatro dias na sua composição! Ocupado constantemente com a empresa, não poupou sacrifícios. Viajou o mundo inteiro colhendo documentos históricos; revolveu as ruínas de Londres, de Paris, de Hamburgo, de Bruxelas, de Lisboa e de outras cidades tão florescentes nos tempos antigos; em uma palavra: todo o lugarejo onde supunha encontrar algum esclarecimento foi visitado. Graças aos progressos da civilização, hoje são tão fáceis essas investigações! A eletricidade: - tal é a grande alavanca do século (p. 111).

Mas quem é o Dr. Jeremias?

[...] é um escritor de vasta erudição. Fala perfeitamente um milhão de línguas, sabe, cabalmente, dois milhões de artes e ofícios. Sua *História do Brasil* é completa, imparcial e minuciosa, compreende o espaço de 1362 anos, 4 meses, 8 dias e 26 minutos, isto é, começa no descobrimento do Brasil e termina-se no momento em que ele deixara a pena de historiador (p. 111).

A *tópica do “manuscrito encontrado”*, aqui atualizada na forma de um “*livro encontrado*”, recorrente no século XIX, é também recorrente nas utopias e nas sátiras. Ela permite ao autor esconder-se por detrás de um pseudo-autor e, com isso, não ser acusado pelo que escreve. Para que a ficção do “livro encontrado” tenha êxito e convença o leitor, ou, pelo menos, ganhe sua adesão ao jogo da ficção, o autor recorre a estratégias que garantam a *verossimilhança* de seu relato. Uma delas é o uso de quantificações, datas e preços exatos: o narrador adquiriu os “162 volumes” da *História do Brasil* do Dr. Jeremias por “648 reais”.

A verossimilhança, porém, desliza para o *inverossímil* quando o narrador revela que Dr. Jeremias “gastou dois meses e quatro dias na sua composição”, ou quando descreve o processo de edição do livro: os 162 volumes foram levados à tipografia de manhã e às 16h já se achavam à venda, devidamente encadernados. O *inverossímil* também está no conteúdo do livro, que “compreende o espaço de 1362 anos, 4 meses, 8 dias e 26 minutos”, e no retrato do Dr. Jeremias, que “fala perfeitamente um milhão de línguas” e “sabe, cabalmente, dois milhões de artes e ofícios”. Do *inverossímil* passamos ao *cômico*, causado pela exageração, um dos traços da sátira.

O jogo expresso no significado dos nomes próprios é mais um traço comum à sátira e à utopia, e presente nas páginas de Felício dos Santos. Jeremias é tradicionalmente considerado o autor do Livro das Lamentações, cantos fúnebres que lamentam a destruição de Jerusalém pelos babilônicos. Ele é um dos profetas bíblicos, ou seja, um dos que “enxerga o futuro” e o revela aos demais. Lembro aqui o primeiro nome do marinheiro-filósofo inventado por Morus em sua *Utopia*, Rafael Hitlodeu: Rafael é o nome do anjo do “Deus que cura”, e particularmente, que cura a cegueira (*Tobias*, 10), ou seja, também ele faz com que outros enxerguem³. Jeremias é ainda o autor do Livro de Jeremias. Neste último, uma espécie de antologia de textos variados, o profeta denuncia os abusos de sua época, ataca tiranos ávidos por riquezas, violentos e guiados pelas paixões, acusa sacerdotes, reis, ministros e falsos-profetas de manterem o povo na ignorância e de serem corruptos por determinação consciente, e deplora a ignorância e a incompreensão. É inevitável associar a figura de Jeremias a Rafael Hitlodeu, crítico mordaz da sociedade de sua época; é também possível associá-la a Joaquim Felício dos Santos, que, nas suas *Páginas*, ataca diferentes aspectos da vida política, social e econômica do Segundo Reinado e que, como Jeremias, foi penalizado em diferentes circunstâncias de sua vida política por ter expressado suas idéias críticas de forma direta.

É de forma direta que ele assevera a irrelevância de seu período histórico: na *História do Brasil* do Dr. Jeremias,

todos os fatos importantes [...] são relatados com toda a imparcialidade. Digo “importantes” porque o Dr. Jeremias, para não fatigar o leitor, não desce a minudências que nenhum influxo tiveram nos progressos da civilização brasileira.

Para dar uma ideia desta obra, vou abrir ao acaso um de seus volumes, e transcrever algum trecho. Deparei com o volume 94º, abri à pág. 2680. Eis um capítulo; é o MMMMDXVI; tem por título – “O Segundo Reinado de Bragança – Pedro II.

Transcrevemos esse capítulo. É pouco extenso: o menor da obra” (p. 111-112).

Nas palavras do Dr. Jeremias, J. Felício dos Santos desenhará um retrato cáustico do Brasil imperial de Pedro II. Sobre os inícios de seu reinado ele dirá que “Pedro II subira ao trono pisando na Constituição”:

Depois da abdicação de Pedro I em 1831, sucedeu-lhe Pedro II, que só tomou as rédeas do governo em 1840, quando foi julgado maior por um ato inconstitucional da Assembléia Legislativa, não tendo ele ainda a idade legal. [...] os homens políticos [...] previram que ela [a Constituição] não havia de ser respeitada, e, desgraçadamente, seus pressentimentos não falharam (p. 112).

“Misérias e corrupção” é a epígrafe que melhor resume o capítulo sobre o Segundo Reinado,

um ensaio infrutífero que fizeram os brasileiros do sistema representativo. A Constituição jurada pelo povo em 1825 nunca foi respeitada. A separação e dependências dos poderes foi sempre burlada. O Executivo absorvera todos os outros. Era o Governo despótico e tanto mais intolerável quanto ele sabia encobrir-se com o manto da constitucionalidade.

³ Sobre os demais significados e trocadilhos contidos no nome de Rafael Hitlodeu, o marinheiro-filósofo, ver Ribeiro, 2010, vol. 1, 2.3.1.

A Câmara dos Deputados “curvava-se submissa ao menor aceno do Governo”, o Senado compunha-se em geral “de homens ineptos”, que haviam sido feitos senadores “não por serviços prestados ao País, mas por intrigas e influxo de reposteiros e criados áulicos”, era “inimigo de todo o progresso, descuidado, negligente e sem patriotismo” (p. 112).

Os partidos, percebe Felício dos Santos, não divergiam por seus princípios, nem pelo sistema de governo, apenas disputavam o poder “em luta renhida e porfiada”. Já “nos altos empregos da Justiça dominava a mais escandalosa venalidade”. As províncias, que permaneciam abandonadas, isoladas umas das outras, “empobrecidas pelo vampiro do fisco que sugava-lhes toda a vitalidade, oprimidas pelos mandões que lhes enviava o governo central para governá-las, definhavam à míngua, dormindo, indolentes, o sono da escravidão”. Ainda que situadas “no abençoado território brasileiro”, pleno de riquezas naturais, não podiam explorá-las “por não terem meios para a exportação de seus produtos”, já que as rendas públicas eram destinadas ao sustento da Corte, “com sinecuras ruinosas, em obras puramente de luxo” (p. 112).

O episódio termina anunciando que uma revolução pusera fim a todos esses abusos:

Assim ia o Brasil, quando em 1863 um partido político, desgostoso de ter sido arreado do poder de que estava de posse a 14 anos, excitou uma revolução em todo o Império, e então.....⁴ Não posso continuar a transcrição por falta de espaço; mas por este trecho já se pode avaliar o mérito da história do Dr. Jeremias” (p. 112).

A “visão do futuro” (cf. Alexandre Eulálio) e dos “possíveis laterais” (o termo é de Raymond Ruyer), advinda do deslocamento no tempo e no espaço, é uma tópica moderna que se filia à clássica tópica do mundo às avessas (cf. CURTIUS, 1996). Filia-se também ao gênero literário da utopia, viagem imaginária a um mundo outro, porém semelhante, ideal, mas muitas vezes pintado com as cores fortes da sátira. Neste primeiro episódio, se a viagem parece conduzir o protagonista a um futuro mundo ideal, utópico, esse mundo é parcamente descrito. A maior parte das descrições nos revelam, não esse futuro desejado, mas as mazelas de um hipotético passado, ou seja, o Brasil imperial de Joaquim Felício dos Santos. Mil anos separam o Brasil republicano movido a eletricidade da sociedade imperial viciada e marcada pela cultura do desfrute, que o autor nos descreve. Por isso, podemos dizer que *A História do Brasil escrita pelo Dr. Jeremias no ano de 2862* é essencialmente uma sátira, ainda que possua alguns elementos recorrentes nas utopias.

A História do Brasil escrita pelo Dr. Jeremias no ano de 2862 tem elementos da tradição grega e da tradição romana. Hendrickson (1927, p. 51-52) lembra que o satirista, na tradição grega, participa do campo genérico do cômico-sério⁵ (σπουδογέλοιοι), caracterizado pela mediação do riso (γέλοιοι) no tratamento de coisas sérias (σπουδαίον). A sátira de Felício dos Santos segue o preceito horaciano de dizer a verdade rindo (*ridentem dicere verum*), afinal, *solventur risu tabulae*, o riso triunfa sobre as mais impenetráveis barreiras e torna palatáveis as mais amargas verdades (HENDRICKSON, 1927, p. 54-55). Vale lembrar que Schiller definia o poeta satírico como aquele que toma por objeto “o afastamento das coisas em relação à natureza e a contradição entre a realidade e o ideal”, sendo que “o que importa essencialmente é que a necessidade seja o pano de fundo sobre o qual o poeta ou o narrador imprime as cores do real e que ele saiba pôr nossa alma à disposição das ideias” (apud LUKÁCS, 2009, p. 163).

El 1868, nas *Páginas da História do Brasil escrita no ano de 2000*, Joaquim Felício dos Santos retomará a descrição crítica de sua época com novo vigor, abordando todos os acontecimentos importantes em chave satírica. Sua *História do Brasil*, esquecida pelas Histórias

⁴ Essa linha pontilhada encontra-se no original publicado na *Revista do Livro*.

⁵ O campo da literatura denominado de σπουδογέλοιοι incluiria os mimos de Sofron, o gênero do “diálogo de Sócrates”, o gênero da literatura dos simpósios, a primeira memorialística (Íon de Chios, Crítias), panfletos, a poesia bucólica a sátira menipéia e outros gêneros que nitidamente se opunham aos gêneros sérios como, por exemplo, a epopéia, a tragédia, a história e a retórica clássica (BAKHTIN, 1981, p. 92).

Literárias, se lê como obra literária, panfleto satírico e viagem imaginária e repõe questões acerca do gênero literário, do cânone e das relações entre história contingente, tradição e obra literária, das quais trataremos nos nossos próximos estudos.

Referências

BAKHTIN, M. Particularidades do gênero (...). In: **Problemas da poética de Dostoiévski**. Trad. Paulo Bezerra. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1981.

BENREKASSA, G. **Le concentrique et l'excentrique. Marges des Lumières**. Paris: Payot, 1980.

CURTIUS, E. R. **Literatura européia e Idade Média latina**. Trad. Paulo Rónai e Teodoro Cabral. São Paulo: Edusp/Hucitec, 1996.

EULÁLIO, A. As páginas do ano 2000. *Revista do Livro*, ano II, junho, 1957, pp. 102-160.

EULÁLIO, A. As páginas do ano 2000. In: Calil, C. A.; Boaventura, M. E. (orgs.). **Livro involuntário**. Rio de Janeiro, Editora UFRJ, 1983, pp. 62-72.

FIRPO, L. Para uma definição de utopia. **Morus – Utopia e Renascimento**, 2, 2005, pp. 227-237.

FORTUNATI, V. Fictional Strategies and Political Messages in Utopias. In: MINERVA, N. (org.). **Per una definizione dell'utopia**. Atti del Convegno Internazionale di Bagni di Lucca, 12-14 settembre 1990. Ravenna: Longo, 1992.

HENDRICKSON, G. L. *Satura Tota Nostra Est*. **Classical Philology**, 22, 1927, p. 46-60.

IMBROSCIO, C. Du rôle ambigu du voyageur en utopie. In: IMBROSCIO, C. (org.). **Requiem pour l'utopie? Tendances autodestructives du paradigme utopique**. Pise: Editrice Libreria Goliardica, 1986.

LÉVY-STRAUSS, C. **Le regard éloigné**. Paris: Plon, 1983.

LUKÁCS, G. A questão da sátira. In: **Arte e sociedade. Escritos estéticos 1932-1967**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.

MINERVA, N. Viaggi in utopia. Note su alcuni romanzi dei secoli XVII e XVIII. In: **Utopia e... amici e nemici del genere utopico nella letteratura francese**. Ravenna: Longo, 1995.

RIBEIRO, A. C. R. **“Sou do país superior”: Utopia e alegoria na libertina Terra austral conhecida (1676)**. Tradução e Estudo (tese de doutorado). IEL/Unicamp, Campinas, 2010.

RUYER, R. **L'Utopie et les utopies**. Paris: PUF, 1950.